

## *Entrevista com Maria Ednalva Bezerra de Lima*

No último dia 10 de outubro, completamos seis anos sem a presença e a força política de Ednalva. Não podíamos deixar sair mais um número da Revista Feminismos sem fazer este registro. Ednalva foi um exemplo de luta a ser seguido por feministas e sindicalistas. Como ela afirmou: “o casamento entre feminismo e sindicalismo pra mim é a grande conquista que contribui com a minha vida pessoal e que contribui com a minha vida política, com a minha militância nos espaços mais autônomos”.

Ednalva nasceu na Paraíba. Professora licenciada em Letras, muito cedo começou sua militância sindical através da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (Ampep) e, já em 1984, teve importante papel na greve dos cem dias dos professores por melhores salários e condições nas escolas públicas. No período de 1984 a 1990, integrou o Conselho Diretor do Sindicato dos Professores. Em 1990, Ednalva, filiando-se ao Cunhã Coletivo Feminista, em João Pessoa, passou a ter importante atuação nas diversas instâncias e mobilizações do movimento feminista brasileiro.



De 1989 a 1994, coordenou a Comissão Estadual de Mulheres da Central Unica dos Trabalhadores (CUT) do Estado da Paraíba, sendo membro integrante da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, nos anos de 1989 a 1997. Em 1994, foi eleita para a Secretária de Políticas Sociais da CUT/PB. De 1997 a 2000, foi suplente da Direção Executiva Nacional da CUT e, paralelamente, coordenou o Núcleo Temático de Gênero, responsável por desenvolver subsídios e reflexões teóricas e metodológicas sobre capacitação em gênero para a política nacional de formação da CUT. Entre 1994 e 1997, exerceu o cargo de Secretária de Políticas Sociais da CUT/PB e, de 1997 a 2000, foi suplente da Direção Executiva Nacional da CUT, coordenando, paralelamente, o Núcleo Temático de Gênero, responsável por desenvolver subsídios e reflexões teóricas e metodológicas sobre capacitação em gênero para a política nacional de formação da CUT.

Ainda em 1997, passa a coordenar a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, até 2003. Nesta época, por ocasião do 8º Congresso Nacional da CUT e, fruto da organização e do trabalho das mulheres no interior da Central, coordenado por ela, foi aprovada a resolução congressual que criou a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora – SNMT/CUT. Membro efetiva da Direção Executiva da CUT Nacional desde 2001, em 2003, Maria Ednalva Bezerra de Lima assumiu o cargo de Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora – SNMT/CUT, cujo mandato seria até 2009.

Integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, em dois mandatos, teve ativa participação na organização das Conferências Nacionais de Políticas Públicas (em 2005 e 2007). Foi integrante da comissão tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho,

do Ministério do Trabalho e Emprego, representante da SNMT, nas Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, e integrante do Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo. Sua militância internacional se efetivou na coordenação da Comissão de Mulheres das Centrais Sindicais do Cone Sul. Foi vice-presidente do Comitê da Mulher Trabalhadora da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (2001/05), integrante do Comitê Feminino da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres e da diretoria executiva da Central Sindical Internacional. (Fonte: [http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2007/09/not\\_sepultamento\\_conselheira](http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2007/09/not_sepultamento_conselheira)).

A entrevista que aqui segue, foi realizada por Terezinha Golçalves<sup>1</sup>, em 7 de dezembro de 2006, e integrava uma pesquisa que buscava ouvir as vozes das mulheres que exerciam a liderança feminista no Brasil. Aqui, Ednalva fala das relações entre sindicalistas e feministas, das dificuldades enfrentadas na construção de uma aliança, os avanços, as dificuldades enfrentadas na definição das pautas, de sua experiência enquanto sindicalista e feminista, na relação com o Estado. Apesar desta entrevista trazer algumas questões que, na prática, foram superadas, ao longo destes seis anos, consideramos que ela pontua uma experiência e uma prática sindical que muito pode contribuir para o empoderamento das mulheres trabalhadoras nas suas instâncias de representação sindical.

### **Terezinha**

– *Ednalva, fale da sua militância, de onde você começou, quando você começou a fazer parte da secretaria da CUT e como a Secretaria de Mulheres da CUT surge.*

### **Ednalva**

– Eu entrei no movimento sindical, em 1984, em Campina Grande, militando no meu sindicato de base, que é o sindicato dos trabalhadores de educação. Que não era sindicato ainda, porque os servidores públicos só puderam se sindicalizar depois da constituição de 88, mas a gente era uma associação e tinha uma prática de sindicato. A CUT é criada em 83<sup>2</sup>. A CUT Paraíba foi criada no primeiro congresso e, neste primeiro congresso, nós já criamos a Secretaria de Mulheres da CUT Estadual [...]. Então, a Paraíba foi o primeiro estado que criou essa instância de mulheres na sua estrutura. Essa Secretaria de Mulheres teve uma influência muito grande das trabalhadoras rurais e das feministas da Academia, especialmente de Campina Grande. E uma pessoa especial que trabalhava na área rural, e pesquisava as mulheres no sindicalismo rural era Paola Cappellin. Então, eu já comecei a querer entrar no movimento sindical, desde o início, com o pé neste tema, o tema das

---

<sup>1</sup> Graduação em Economia (1979) e Mestrado em Ciências Agrárias, pela Universidade Federal da Bahia (2003). Pesquisadora associada do NEIM, integrante do Projeto Tempo, no período de 2006 a 2011. Atualmente, é chefe de gabinete da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Tem experiência na área de Agronomia com ênfase em Sociologia Rural, atuando, principalmente, nos seguintes temas: relações de gênero, relações étnico-raciais, movimentos sociais, assentamentos do MST, políticas públicas.

<sup>2</sup> A Central Única dos Trabalhadores foi criada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que reuniu 5.036 delegados, representando 1.091 entidades sindicais. Na Paraíba, a CUT foi fundada em 28 de julho de 1984, na cidade de João Pessoa/PB. (Nota das editoras).

mulheres. Aí continuei com a militância; aí criou a Comissão de Mulheres da CUT nacional, eu comecei a acompanhar.

Primeiro encontro feminista que eu participei foi em 89<sup>3</sup>; achei muito interessante. E aquele encontro me fez pensar para além do movimento de mulheres. Era um movimento das mulheres dentro do movimento sindical. E nesta época eu fazia parte de um grupo de estudos, que foi na época da criação do Cunhã, na Paraíba. Então, eu também entrei pro Cunhã e militava na CUT e dava aula de português no estado e na prefeitura. Então, foi a partir daí que eu fui aprendendo com o feminismo.

### **Terezinha**

– *Você passou pelo feminismo de formas interessantes. Primeiro, você se reconhece na militância sindical que, para além de toda aquela tradicional luta sindical, você já via aí uma necessidade de tratar a questão das mulheres, tanto é que você procura as feministas da Academia pra auxiliar você nesta coisa de se transformar, de criar uma entidade feminista. Por outro lado, você também sente a necessidade de estar num grupo feminista específico, que é o Cunhã, que também é uma forma de você se alimentar disso. Tem sido fácil pra você esta trajetória? Primeiro, você tenta trazer pra dentro do sindicalismo uma vertente feminista, que é uma coisa que, no geral, os companheiros não simpatizam muito. Vamos falar assim, pra ser bastante delicadas com eles. Como é que tem sido isso? Como é que você tem se colocado dentro da CUT, da forma como você é reconhecida? Como é que foi isso? Como você conseguiu e como é que surge, porque sua trajetória se confunde com a trajetória da filiação da Secretaria. Quando as pessoas falam, assim, da Secretaria Nacional de Mulheres da CUT, não é automaticamente, mas você sempre aparece associada. As pessoas não conseguem pensar na Secretaria Nacional de Mulheres da CUT sem Ednalva.*

### **Ednalva**

– Eu acho que é assim, a criação da Secretaria, e como eu fui a primeira secretaria eleita e foi na minha gestão que a Secretaria foi criada. Então foram dez anos de discussão e debate interno dentro da CUT entre as tendências pra criar a Secretaria. A Articulação Sindical, que é uma tendência majoritária, era bastante resistente a essa questão da Secretaria. Foi na minha gestão, onde as mulheres e os homens da Articulação foram se convencendo de que tinham que criar uma Secretaria. Não foi um convencimento cem por cento dos sindicalistas, apesar de que a aprovação da Secretaria foi por unanimidade, com algumas abstenções. E ninguém votou contra, e ninguém também fez nenhuma intervenção contrária à defesa da criação da Secretaria. Eu acho que ser dirigente sindical e fazer uma opção que eu fiz, não é uma opção fácil. A opção que eu fiz foi de tratar especificamente, dentro da CUT, com esse tema, então, eu raramente trato de outra política na CUT. Hoje, eu ainda trato mais do que anteriormente. A minha militância na CUT foi exatamente específica com a questão das mulheres. Isto, de certa forma, você paga um preço por isto; por um lado, eu acho que é importante, porque você acaba sendo uma referência. E se você é uma referência e é uma referência que é boa pra organização, mas você é uma referência e não é.

---

<sup>3</sup> Refere-se ao X Encontro Nacional Feminista, realizado em Bertioga, São Paulo. (nota das editoras).

Então, isso eu acho que foi algo que eu paguei. Eu me lembro de algumas coisas que foi assim e que eu achei bastante interessante, e isso me alimentou pra continuar num processo solitário, que era das piadas que tinha quando a gente estava reunida e o pessoal perguntava qual era a receita que ia sair depois da reunião. Da receita de bolo, qual era a próxima receita de bolo. Mesmo não tendo a coragem de fazer uma intervenção contrária a isso, as piadinhas refletiam todo o preconceito e toda a discriminação que a gente sofria. Especialmente porque, desde os anos noventa que eu fazia parte de uma ONG que foi criada na Paraíba, e a única ONG na Paraíba que se intitula enquanto feminista, que era o Cunchã Coletivo Feminista. Eu acho que também facilitava, porque a Paraíba tinha um histórico de organização das mulheres desde os anos setenta. Em Campina Grande, tinha o grupo Raízes, que era Ângela Arruda que investia muito, Paola Cappellin, que também trabalhava com o tema já. Em João Pessoa, tinha Eleonora Menecucci, Valkiria Alencar, tinha o grupo Maria Mulher, então, isso, de certa forma, nos finais dos anos 80, esses grupos acabaram, mas surge o Cunchã, surge o Grupo Oito de Março, eu acho que isso, de certa forma, dá uma força.

Aí, esta história de trabalhar só com um tema, com as mulheres, na CUT. Eu me lembro que uma vez teve uma plenária pra tirar delegados pra ir pra uma plenária nacional da CUT em São Paulo e, dentro da articulação, eu me candidatei. Tinha cinco vagas e dez candidatos, um cara que foi presidente da CUT, foi um presidente interino no primeiro mandato, ele era dos sindicatos dos têxteis e, na intervenção dele, que ele estava disputando comigo, ele disse que estava se candidatando porque ia representar a base dele e, além disso, que ele não representava só a base da categoria têxtil, ele tinha toda uma articulação. E eu nem representava minha base porque nem no sindicato estava mais. Então, ele questionava a minha representatividade. Nos votos, foi muito interessante, eu tive quarenta votos a mais que ele. Aí eu perguntei pra ele de que representatividade ele estava falando, porque, do meu ponto de vista, eu tenho mais representatividade do que você, todas as categorias aqui votaram em mim, então, eu fui a segunda pessoa mais votada. A primeira foi o presidente da CUT e a segunda fui eu. Então, eu acho que tem que refletir sobre essa representatividade. Agora, também é prazeroso, porque você consegue hoje, por exemplo, chegar num encontro que tem o feminismo como foco e ter várias sindicalistas, como o Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em 2005, em São Paulo. Eu acho que isso é que alimenta e que faz com que a gente supere esse lado que é o lado solitário, que é o não reconhecimento do conjunto do movimento sindical sobre esse trabalho, sua importância. No começo, eles diziam que nós mulheres íamos dividir o movimento sindical, porque a questão das discriminações das mulheres, dos negros etc. etc. viria quando a gente conseguisse superar o conflito ou a contradição do capital e trabalho. A questão da classe resolvia o problema das outras dimensões das relações sociais. Eu acho que muitos companheiros e companheiras conseguiram compreender que não dá pra falar de relações de classe sem pensar nas outras dimensões das relações sociais.

Hoje, na CUT, tem uma das resoluções colocada na agenda de algumas instâncias como prioridade e outras ainda estão iniciando, como a questão da homossexualidade: isso, pra mim, é o maior dos avanços do movimento sindical. A Escola Sul, que é a escola sindical da CUT, está desenvolvendo um projeto que chama Projeto Colorir, que é superação do preconceito na escola pública. Consegui capacitar 700 professores das escolas públicas dos três estados da região sul sobre a questão da homossexualidade. E isso eu acho que é resultado do trabalho que as mulheres fizeram dentro da CUT, porque as mulheres foram

trazendo os temas malditos para o movimento sindical. Então, o desafio do movimento sindical brasileiro hoje não é a superação da contradição capital e trabalho, não é o fim da sociedade de classe, é mais que isso.

### **Terezinha**

*– É difícil para as mulheres entrar no mundo masculino e esse mundo sindical sempre foi um mundo muito voltado pra os homens. As mulheres são pessoas “estranhas” a esse mundo. Principalmente, lideranças. Quando a gente trata de segmentos da população que são excluídos, a gente trata dos grupos que estão se empoderando. As mulheres estão se empoderando, os negros, os índios, os homossexuais, os portadores de deficiência, ou seja, todos aqueles segmentos que são historicamente relegados, estão sempre aquém das relações de poder hegemônicas que determinam o comportamento da sociedade, o que é prioridade pra sociedade, como as políticas são direcionadas, enfim. Empoderamento, que diabo é isso? Como é que você vê essa questão do empoderamento? Como é que você define isso?*

### **Ednalva**

– Quando aparece a palavra empoderamento, parece que é a palavra mágica. Que eu acho que é a mesma coisa de quando aparece gênero como categoria de análise, e como se gênero fosse resolver todos os problemas das questões da opressão e da exploração das mulheres. Eu acho que a gente, primeiro, tem que garantir que as mulheres estão no poder. Pra você falar em empoderamento, é preciso considerar que as mulheres chegaram ao poder. Eu acho que seria interessante a gente trabalhar essa questão do empoderamento nessa perspectiva que eu acho que o feminismo trata, o que o feminismo faz é a construção dos sujeitos sociais e políticos. Então, a gente sempre falava nas reuniões sindicais, nas reuniões feministas, que nós precisamos trabalhar a questão da identidade das mulheres, que a gente falava muito de identidade feminina, de construção de identidade feminina, depois falou de construção de identidade de gênero, depois criticou que não existia uma identidade de gênero nessa perspectiva da construção das mulheres enquanto sujeito social e político, na perspectiva das suas determinações, das suas escolhas, da autonomia das mulheres enquanto cidadãs. Eu acho que por mais que as mulheres tenham conquistado estar nos lugares às vezes estratégicos, muitas vezes só pra estar naquele lugar, mas a gente sabe que ainda as relações de poder estabelecidas na sociedade, nos espaços qualquer, tem um núcleo de poder, núcleo duro do poder, como chama no governo. Se a gente pegar hoje, por exemplo, o governo Lula, tem uma mulher no núcleo duro do poder, que é a Dilma Rousseff. Mesmo considerando que houve um grande avanço da participação feminina nos cargos do segundo escalão e mesmo no primeiro escalão, mas... É na Secretaria de Direitos Humanos, no Ministério da Benedita, no Ministério da Matilde, no Ministério da Nilceia era isso, não é? E a Dilma Rousseff, que era a única mulher que estava no... naquele lugar que não era o lugar das mulheres, porque o lugar da mulher é o lugar das questões sociais. Então, eu acho que pra tal termo empoderar nessa perspectiva da construção da autonomia e da conscientização das mulheres, de que o poder não é uma coisa que está ali, não é uma coisa estática, não é um objeto, não é um ponto de chegada mas é uma construção coletiva, eu acho fundamental.

## Terezinha

– Ednalva, eu sei que você insiste em dizer que empoderamento é uma palavra que parece mágica, mas se a gente for ver, discutir o que significa, a gente vai chegar à conclusão de que ela precisa ser mais trabalhada, até pra não ser confundida com os empoderamentos do Banco Mundial, por exemplo. A gente pode até mudar esse nome empoderar, mas é um processo de aquisição de espaço político, público, para as mulheres, principalmente. O movimento feminista mais antigo tem essa coisa presente o tempo todo. O feminismo é um movimento dos mais ideologizados, muito mais ideologizado do que o movimento negro, que é um movimento basicamente contra o racismo. E o nosso não é só contra o machismo, nosso movimento tem uma proposta política na construção da sociedade, então, de que forma você tem visto o movimento feminista se empoderar?

## Ednalva

– Uma das questões que tem sido importante em relação ao empoderamento é o fato de estimular ou fazer... trabalhar numa perspectiva de que as mulheres se sintam fortalecidas e que se reconheçam enquanto feministas. Dizer eu sou feminista.



Eu acho que isso também é uma coisa. E também, no mesmo seminário que a CUT fez, depois que criou a secretaria das mulheres da CUT, em 87, um dos temas tratados lá era o feminismo. Você se sente feminista? Esta era a pergunta. E eu ouvi as mulheres, inclusive as mulheres do MMTR<sup>4</sup> dizer – *Não, eu sou feminina não sou feminista*. Até hoje ainda existem mulheres que falam isso. O fato de hoje ter muito mais mulheres se colocando enquanto feminista, o feminismo ter a visibilidade que tem e nesses outros espaços que muita gente chama de os espaços mistos, mulheres que se identificam com o tema e que estão nas estâncias de poder, mesmo que não seja nesse núcleo duro de poder, mas conseguem trazer pra dentro da sua instituição essa discussão, eu acho que é uma forma.

A outra é a perspectiva da solidariedade. Então, a perspectiva de trabalhar com solidariedade quando você está trabalhando a construção dessas identidades, de se reconhecer como mulher. E aí, vou usar uma frase que parece chavão: “não se nasce mulher, torna se mulher”. O fato pra que o feminismo contribuiu pra que as mulheres tornem-se mulher eu acho que essa é uma grande contribuição pra contribuir com o empoderamento das mulheres. Eu acho isso fundamental. E penso que essa forma faz com que as mulheres, nos espaços mistos e nos espaços masculinos, que é o espaço onde eu atuo mais, as mulheres conseguiram ter esta força, inclusive pra se colocar nesse lugar e reivindicar e tratar dessa questão, eu acho que é por conta do trabalho que o feminismo fez. Acho que tem muito caminho ainda a percorrer, especialmente porque uma coisa é você

<sup>4</sup> Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (nota das editoras)

apoiar, uma coisa é você ser solidária com as mulheres que vão pra os lugares de poder, especialmente nos parlamentos, outra coisa é você fazer parte dessa história, dessa trajetória e contribuir diretamente. Porque, se alguém disser: – Eu vou me candidatar, eu vou disputar a presidência da CUT, eu sei que vai ter uma rede de solidariedade fabulosa, mas isso eu acho que não basta, acho que a rede de solidariedade é fundamental, mas isso não basta. Então, eu acho que pra que o empoderamento tenha o seu papel importante especialmente na relação das mulheres com os espaços de poder, nos lugares estratégicos de poder, é preciso que tenha uma ação mais cotidiana. E como você pode criar uma rede de solidariedade que possa dar sustentação àquela mulher que conquistou e que não conquistou sozinha. O poder que eu tenho dentro da CUT, hoje, e o fato da CUT ter me indicado pra representá-la internacionalmente, na central Sindical Mundial, não é uma dádiva de Deus. Eu acho que tem tudo há ver com a construção que a gente conseguiu fazer, com essa construção coletiva que pode se refletir no empoderamento das mulheres.

Eu acho que uma outra questão que contribuiu é a superação dos medos. Porque, às vezes, a gente diz assim: – A CUT tem que ter 30% no mínimo de mulheres em suas direções, mas as mulheres não querem. É verdade que, muitas vezes, as mulheres não querem, mas as mulheres não querem por quê? Elas não querem porque tem um modelo estabelecido de poder. Porque tem uma estrutura de poder que não considera as mulheres nessa estrutura. Porque essa própria estrutura tem uma linguagem extremamente masculina. Porque o poder que as mulheres têm, que é um poder não considerado poder, que é um poder do espaço doméstico e que este espaço doméstico é considerado algo da naturalidade das mulheres, não permite que elas consigam perceber que elas têm um poder.

### **Terezinha**

*– E as mulheres têm uma dificuldade muito grande de lidar com conflito, isso é muito visível pra mim nos encontros feministas: quando vai ter a plenária final sempre há uma angústia muito grande das mulheres. E elas sempre estão muito atrasadas nesse processo, como se o conflito fosse uma coisa que não devia ultrapassar as relações entre as mulheres. As mulheres ficam angustiadas quando têm que disputar ideias, noções políticas numa assembleia. Elas acham que estão se magoando. No entanto, os homens encaram isso com a maior tranquilidade, pra eles é até um prazer, um embate.*

### **Ednalva**

– E eu acho que também tem uma contradição em relação aos consensos. Mas, para construir o consenso, é preciso que tenha o conflito, porque ninguém pensa igual. E Betania Ávila falava uma coisa super legal, ontem, que nós somos diferentes e, mais que isso, nós somos desiguais. As mulheres da periferia não são iguais às mulheres da classe média, que somos nós. As mulheres do meio popular não são iguais a nós, não significa dizer que, além dessa diferença, tem um peso forte da desigualdade. A desigualdade material é muito diferente. Então, eu acho que não é igual e o feminismo tem uma grande dificuldade de lidar com essa questão, com essa questão do conflito.

Uma coisa que eu percebia no movimento sindical, que era muito interessante em relação às mulheres e os homens: os homens nas reuniões, nos congressos, pegavam o maior pau lá. Cada um defendendo suas ideias. E era briga mesmo – até tapa já trocaram –, mas quando acabava todo o conflito no campo das ideias, eles tomam cerveja, falam,

conversam, brincam, contam piada, as mulheres não conseguem muito fazer isso. Então, a gente quando tinha o conflito, o embate, era como se a gente se distanciasse; depois de um tempo, quando isso maturava, a gente conseguia de novo restabelecer o diálogo. Claro que eu acho que tem gente que eu não sento numa mesa pra almoçar, eu convivo no dia a dia da política, eu não convido pra ir na minha casa. Porque eu acho que as coisas não são excludentes, porque eu posso trabalhar muito bem com você na política, nos espaços de atuação social e não ter intimidade, porque amizade é uma outra coisa. Eu acho que a gente confunde um pouco isso.

### **Terezinha**

*– E é uma disputa coletiva. É uma disputa de um coletivo contra o outro coletivo, eles são treinados muito cedo pra fazer isso, a estratégia de como ganhar do outro grupo. E a gente passa muito pela mágoa, a gente se magoa muito, quando não consegue atingir um objetivo, então, a gente vai muito pelo campo da emoção, de como elas fizeram isso com você? Elas agiram dessa forma?*

### **Ednalva**

– E a sociedade espera isso. Eu lembro que teve um ano, lá em João Pessoa, que nós do Cunhã votávamos em pessoas diferentes. A maioria das pessoas do Cunhã, da coordenação, votavam em um candidato e eu votava em outro, que era uma outra linha. E isso as pessoas diziam assim: – Como você vota em fulano? O Cunhã não vota em sicrano? E eu disse: – Não, o Cunhã não vota em ninguém. Tem pessoas do Cunhã que votam em fulano, eu não voto nele, eu não acredito nele. – Mas e você vai sair do Cunhã? Como é que vai ficar sua relação no Cunhã?

Claro que tinha conflitos nisso. Então, a gente se respeitava, mas a sociedade também espera isso do coletivo, desse coletivo do qual você faz parte. E eu acho que a gente, de certa forma, corresponde. Eu acho que a forma de solidariedade entre as mulheres e os homens é totalmente diferente. Acho que, nos homens, a solidariedade não passa só pela afetividade, claro que eles têm a coisa da afetividade, mas não é a principal. A afetividade compõe o cenário, mas ela não é o foco.

### **Terezinha**

*– Eu digo assim, que os homens na política fazem o centralismo democrático e a gente faz o afetivo. Que você circula não em torno das ideias, do que a pessoa fala e sim do que a pessoa é. Então, você centraliza através do que você projetou daquela pessoa. Tem algumas líderes feministas que as pessoas se agregam na liderança feminista e não ao que ela fala. A imagem e o comportamento daquela pessoa é que direciona se ela vai aglutinar ou não outras mulheres em torno dela. Isso é muito perceptível em algumas lideranças feministas, já outras não, se impõem pelas ideias, as pessoas ouvem. Mas tem outras que a própria presença delas já cria uma hegemonia. Isso eu vi muito em encontros feministas, e se você for fazer uma análise do discurso dessa pessoa, você pode ver que ela não falou absolutamente nada. O que ela falou ali, na verdade, foi uma voz de comando pela figura que ela representa no movimento, não pelo que ela falou naquele momento.*

## **Ednalva**

– Isso também é muito forte, não é pelo que você pensa nem pelo que você diz, mas é a imagem que você construiu nesse lugar. E acho que é uma coisa que eu questiono muito. Na conferência de políticas para mulheres isso me incomodou profundamente; é a forma que as grandes lideranças tratam das pequenas lideranças. O baixo clero. E existe baixo clero no Feminismo. Então, eu me lembro daquelas histórias das irmãs negras e índias, e isso ali, pra mim, é um complicador, eu acho um absurdo a forma como a coordenação da Primeira Conferência de Políticas para as Mulheres fez com as índias. Eu acabei concordando e votando de que as indígenas tivessem uma participação diferenciada do que foi a construção da Conferência. Eu não acho que a gente tem que tratar as índias como se elas fossem umas coitadinhas e as nossas filhas. Até porque eu acho que se eu tivesse uma filha eu não trataria daquela forma.

## **Terezinha**

– *E a questão da autonomia, elas têm que ter autonomia.*

## **Ednalva**

– Outra coisa que eu acho que acontece diariamente nas reuniões do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; a maioria das pessoas que representa os movimentos sociais no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, eu observo que, às vezes, ela tem uma opinião contrária, às vezes, elas não concordam com o encaminhamento que é dado, mas, assim, se alguma liderança, a própria presidente, que é a ministra ou alguém da Secretaria, vai lá e fala aquilo, as pessoas ficam caladas, elas não se expõem, elas não colocam o conflito em debate e isso eu acho que empobrece. Empobrece a nossa relação com o estado. E aí o que eu estava observando: porque é que a Secretaria Especial da Questão Racial, ela é muito mais conflituosa: porque na sua base de representação social tem muito mais homens. Tem uma outra forma de organização, então, há um embate maior entre a sociedade civil organizada, o movimento negro organizado e a política do governo em relação à questão da raça. Em relação à questão das mulheres, o conflito é muito menor.

Mas essa coisa que pode passar também pelo carisma, mas passa também por essa coisa que eu questiono no feminismo, essa coisa de, não sei se eu posso falar que é utilitarista, não sei que palavra que eu posso usar, mas é assim: eu trabalho com as mulheres do meio popular, então, eu digo assim, eu sou do meio popular, eu acho que não. Eu não sou do meio popular. Eu trabalhei uma época com uma menina que veio com a formação da igreja, uma gracinha de pessoa, e a gente discutia muito isso, eu dizia: – Eu não sou do movimento popular, eu trabalho com as mulheres do meio popular, respeito, falo até a linguagem que elas falam, vou lá e converso com elas e uso as palavras que ela compreendem, uso até uma linguagem que não é a minha linguagem do cotidiano, mas eu não sou do meio popular.

## **Terezinha**

– *Compreendemos o empoderamento como um processo coletivo; você está dentro de um coletivo; se você não fosse feminista, não estivesse no Cunhã, não fosse trabalhadora, você não estaria na CUT, obviamente. E por isso consideramos que as mulheres como você*

*apontem esse norte, que as mulheres também podem, todas as mulheres trabalhadoras podem.*

### **Ednalva**

– Nos últimos dois congressos da CUT aconteceram coisas bastante interessantes em relação a isso. Uma é que as mulheres, que eu acho que talvez seja um movimento que a gente precisa fazer na relação com a sociedade e a relação com o estado, é a gente construir esse espaço em que as mulheres falem para as mulheres e pelas mulheres. Em 2003, eu fiquei na executiva da CUT exatamente por conta das mulheres; se fosse pelos homens, eu não teria ficado. Foram as mulheres que fizeram várias reuniões no último congresso da CUT, juntas, unidas e, na época, chamaram o Marinho, que ia ser o presidente da CUT e disseram: – Nós estamos aqui pra dizer que queremos Ednalva na Secretaria de Mulheres da CUT, do contrário, nós vamos nós rebelar.

E as mulheres faziam isso porque tinha também respaldo das mulheres das outras tendências, então, tinha um empoderamento coletivo dessas mulheres para as mulheres chamarem o presidente da CUT e dizer isso. E no auge da construção da chapa, no núcleo de decisão, que era o grupo pequeno que decidia a chapa, teve uma hora que Marinho disse: – Tem duas pessoas aqui que são imexíveis, que a gente vai tirar do processo da disputa. É a Bahia, porque tem um conselho terrível, que era uma mulher, também, Elisângela e Ednalva. Tá fora de cogitação, não vamos discutir nada aqui em relação a Ednalva, ela é a secretaria de mulher da CUT e ponto. E tanto que são os únicos cargos eleitos no congresso, presidente e a secretaria de mulheres.

A mesma coisa aconteceu esse ano, e esse ano foi mais interessante: nesse último congresso, na divisão das composições da chapa, se discutia todos os cargos. E, então, é a Secretaria das mulheres? Não, a Secretaria das mulheres, as mulheres vão se reunir e vão dizer quem elas vão indicar. Seja quem for, pode ser Ednalva, pode ser Maria e pode ser Josefa. O nome que vier da plenária das mulheres é o nome que nós vamos garantir pra Secretaria de Mulheres da CUT. Eu acho que é esse o empoderamento, isso tem a ver com empoderamento, as mulheres conseguem se colocar enquanto sujeitos, serem ouvidas.

Agora, penso também assim, por que eu questiono as relações dos movimentos sociais e, especialmente, do movimento feminista com o Estado; ela é uma atuação muito focada nas questões das mulheres. O governo brasileiro tem um programa muito interessante sobre a questão do Brasil sem homofobia. Quando que nós discutimos esse programa? Porque a questão da homofobia não é a questão da homofobia de uma forma generalizada. É um programa de afirmação; nós podemos interferir nisso. Mas nós, enquanto movimento feminista, temos interferido nas políticas públicas, mas muito focadas, que é violência, o aborto. E as políticas públicas em relação ao trabalho, quem tem focado? O que o movimento feminista tem feito em relação a isso? Mesmo considerando que incorporou a questão de classe como um ponto fundamental e na sua reprodução do campo das ideias. A divisão sexual do trabalho, ela começa a ser retomada agora, mas ela foi relegada como uma coisa que não tinha importância. Então por exemplo, Beth Lobo era uma feminista que trazia para o conjunto da discussão a divisão sexual do trabalho. Ela trazia o patriarcado, mas ela trazia a divisão sexual do trabalho como um foco pra você discutir a questão da opressão e da exploração de classe. Isso começa a ser retomado recentemente, porque eu faço uma análise geral, mas a intervenção, eu acho que é muito pequena, é muito frágil. A

relação do feminismo com as sindicalistas é uma relação muito ambígua, claro que é uma via de mão dupla, é uma rejeição que acho que hoje superou, mas é uma questão que é importante. Políticas públicas de emprego, por exemplo, a questão do FGTS das empregadas domésticas, qual foi a nossa intervenção enquanto movimento feminista organizado em relação a isso?

Eu acho que a relação de emprego doméstico não é... o próprio movimento das trabalhadoras domésticas só pensaram na história do FGTS, que eu acho que é uma coisa super importante pra elas, não tenho dúvidas disso. Mas a licença maternidade das trabalhadoras domésticas, a regulamentação das horas de trabalho pras trabalhadoras domésticas, as horas extras, a organização das mulheres, a relação das mulheres enquanto negociadoras, os sindicatos das trabalhadoras domésticas que não tem poder de negociação? Então, a gente ficou fazendo uma discussãozinha e, inclusive, quem trouxe a discussão não foi o movimento, quem trouxe a discussão foi o Estado, que a ministra fez um projeto e mandou o Presidente da República jogar uma MP. Botou a MP, o Congresso Nacional, que não tem compromisso com nada, fez um monte de emenda e acabou que o que era uma MP virou um projeto de lei, e qual foi a força que teve pra negociar? Qual foi a força que teve pra dialogar? E aí, eu acho que enquanto movimento feminista foi de acessória, o Cfemea tava lá pra assessorar as mulheres, do ponto de vista da lei. Mas do ponto de vista da organização, da mobilização e tal?

Eu acho que a relação que a gente tem que estabelecer com o Estado é uma relação de mobilização. E eu acho que... eu tava ouvindo Marco Aurélio Garcia e outras pessoas falarem disso, e acho que o próprio Lula falou isso: – Vocês têm que se organizar pra poder cobrar de mim. O papel do movimento social é se mobilizar. Agora, a gente tem que ver qual é a melhor forma da gente se mobilizar. A gente não poder se mobilizar pra dizer: - Esse governo não fez nada. Eu acho que a gente tem que se mobilizar pra dizer que nós queremos que seja feito dessa forma.

### **Terezinha**

*– Não se ouve falar do Conselho. O Conselho só existia quando existia a execução política. É engraçado, porque é paradoxal, porque é quando o conselho tem força. O Conselho existia se existia uma execução de políticas paralelamente escolhidas pelo governo: não existia um organismo pra isso e daí o Conselho aparecia quase como executor de política. Eu me lembro que a Jaqueline, que era presidente do Conselho, parecia uma ministra, tinha status de ministra, porque ela ficava pra cima e pra baixo fazendo política em nome das mulheres, e era só presidente do Conselho, imagine. De repente, cria-se um ministério, uma secretaria com status de ministério. E o que acontece? o Conselho aí teve a sua função bastante clara e definida, que era fiscalizar, monitorar, olhar como são as políticas, propor políticas, ouvir o movimento, ser esse interlocutor do movimento. Porque o Conselho é esse espaço mesmo que a gente chama de zona de fronteira. É uma zona de fronteira entre o movimento social e o governo, entre a sociedade civil organizada e o governo. E o que acontece? O Conselho fica mudo, o Conselho deixa de existir, praticamente. Ele, em vez de fazer esse papel que é dele, ele não faz. A gente não sabe quem são as conselheiras.*

## **Ednalva**

– Não tem uma atuação conjunta da sociedade civil dentro do Conselho.

## **Terezinha**

– *O que o movimento fez? Como não tem o Conselho atuante, o movimento pulou o Conselho e estabelece o diálogo diretamente com o executor de políticas, ou seja: Conselho e nada é a mesma coisa. Eu fiz, agora, uma pesquisa sobre isso, sobre a questão do racismo institucional na Bahia em relação à atuação dos conselhos de direitos e os conselhos também deliberativos, saúde, educação<sup>5</sup>. E eu percebi isso: os conselheiros estão lá, são colocados lá, alguns por indicação política, outros porque são do movimento, outros porque alguém chamou, outros porque querem ser conselheiros e lá estão sem fazer absolutamente nada. Não sabem nem o que são. E fica uma relação de amizade, porque eu também acho que perpassa essa questão de relação entre mulheres. E que além da afetividade, você estabelece uma amizade com a titular da pasta e aí toda a sua relação de negociação e de política passa por isso. A necessidade do Estado são essas e é por aí que passa a discussão, é porque as mulheres do estado da Bahia, do estado do Rio de Janeiro, do estado de São Paulo, reivindicam pra senhora ministra e seu gabinete, em relação às políticas públicas. Não, não passa por isso, não existe um fórum deliberativo disso, de discussão disso. As pessoas referendam o que a ministra quer. Quando nós feministas institucionalizamos o feminismo, decidimos por isso, no início dos anos oitenta, nós colocamos como uma questão estratégica que, quando a gente diz assim: – A gente quer os conselhos de direitos das mulheres. A gente decidiu que a gente queria um outro status, a gente não queria ser só movimento. A gente queria estar dentro da estrutura do Estado, a gente decidiu que ia botar a mão, foi decisão nossa.*

## **Ednalva**

– Mas eu acho que a gente tem que fazer críticas a essas estruturas que nós propusemos. Talvez o primeiro mandato tenha sido um momento da gente se situar, o que era isso, como ia ser isso, como essa coisa se dava, mas eu acho que, nesse segundo mandato, agora, nesse novo governo que o Presidente da República é o mesmo, eu acho que nós temos que ter uma atuação enquanto movimento que intervém e movimento que dialoga. Não acho que a gente tem que fazer um movimento de oposição, como se esse governo fosse o governo de projeto neoliberal. Eu acho que a gente tem que fazer uma crítica, eu acho que a gente tem que intervir, eu acho que a gente tem que contribuir. Eu acompanhei os dois mandatos do Conselho nesse governo, e não tem uma discussão no Conselho. Nesse segundo mandato, melhorou um pouquinho. Mas qual é a política de controle social, que eu sei que o Conselho não tem um papel de controle social, é um conselho consultivo. Mas, mesmo do ponto de vista consultivo, o que a gente, o que o movimento tá falando no geral. Tem umas

---

<sup>5</sup> Terezinha se refere ao projeto “O Combate ao Racismo e Sexismo Institucional no Brasil: experiências dos Conselhos na Bahia – PCRI”, desenvolvido em Salvador, no período de outubro de 2005 a março de 2006, pelo Neim, com a interveniência da Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), com o apoio financeiro do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), através do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Foram estudados oito Conselhos Estaduais, seis Conselhos Municipais e seis Conselhos Tutelares do Município de Salvador. (Nota das editoras).

pessoas que intervêm e tal, eu estou falando do conjunto do movimento. Quantas vezes o movimento social sentou com suas representantes pra discutir a nossa intervenção no Conselho? Não, cada uma vai lá e fala da sua organização e não uma atuação conjunta. Eu acho que tem uma coisa, talvez, que a gente tem que superar, superar as divergências que tem na organização do movimento feminista, do movimento de mulheres nas suas atuações conjuntas.

### **Terezinha**

*– A presidente do Conselho é a ministra. Eu me lembro que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que uma das críticas mais contundentes do pessoal do PT, pelo menos de alguns setores do PT, a briga era que os presidentes que não fossem deliberativos, porque se fosse deliberativo está na lei que tem que ser o titular da pasta, mas os consultivos não. Uma das questões que eram colocadas era que era um absurdo que a presidente do conselho consultivo fosse a titular da pasta, já que você sabe a força que tem uma dirigente de um conselho na deliberação.*

*Mas, de repente, ninguém reclamou. O movimento social não reclamou, focou tudo bem. De repente, mudou a opinião acerca disso, quer dizer agora vale. Vale porque o governo é do PT, então, vale que a titular da pasta seja presidente. Porque, até então, não era, era uma mulher do movimento social, era uma representante da sociedade civil.*

### **Ednalva**

– Mas tinha outra caracterização o Conselho. Tinha um outro caráter.

### **Terezinha**

*– Mas, aí, você coloca o Conselho refém da decisão de quem deveria ter fiscalizado, que é o executivo.*

### **Ednalva**

– Mas aí eu acho que poderia ser diferente. A maioria da representação é da sociedade civil, então, por exemplo; é mais gente da sociedade civil do que do governo, tem mais representação. Agora, o que eu acho que é a grande dificuldade em relação ao Conselho é uma atuação conjunta do movimento.

### **Terezinha**

*– Você não acha que tem uma influência forte a presidente do Conselho ser a ministra? Vocês não se sentem intimidadas? Eu estou fazendo essa pergunta porque as pessoas já me perguntaram isso, também.*

### **Ednalva**

– Eu me sinto mais intimidada porque eu não tenho segurança se eu vou ter respaldo do movimento social, dos que estão lá.

### **Terezinha**

– *Você tem que negociar sempre antes, não existe uma preparação prévia pra poder já ir com a proposta?*

### **Ednalva**

– Não. É feita na hora. Então, como não tem uma articulação do movimento... Os movimentos sociais hoje têm um espaço, têm um momento. Então, eu acho que tem um momento importantíssimo pra estabelecer um diálogo com o estado, pra estabelecer um diálogo mais permanente com a sociedade. E que não é aquela coisa de que vamos ser os vencedores, mas pra intervir que as políticas sociais e as políticas públicas tenha o caráter que a gente quer, que é de transformar a vida das pessoas. A política de inclusão não deve ser apenas de garantir o recorte social, mas deve transformar a vida do povo, e pra transformar a vida do povo, é preciso que tenha uma intervenção muito forte da sociedade. Eu acho que, dessa forma, a gente vai contribuir pra que esse governo seja um governo melhor, que pense as políticas sociais do ponto de vista da transformação, das mudanças etc., e isso é poder.

### **Terezinha**

– *Diga três ações que você acha que o movimento feminista faz ou fez, que você acha que empoderam nós mulheres? Ações públicas. O que o movimento feminista faz de forma competente, que é reconhecido como competente e que você ache que isso empodera ou cria um ambiente pra que as mulheres se empoderem. Se não tem três, pode ser até uma ou ter mais.*

### **Ednalva**

– Acho que essa é uma ação que continua, mesmo que não seja tão presente como foi nos anos 80 e uma parte dos anos 90, mas eu acho que essa ainda é uma ação que contribui pra que as mulheres se empoderem. A outra é a ação da visibilidade, as ações que permitem a visibilidade do movimento feminista enquanto movimento social, eu acho que ajuda o empoderamento das mulheres. Essas duas. O fato de o feminismo se colocar como movimento, enquanto força política, como uma disputa da hegemonia. Se colocar como um movimento que está discutindo a contra hegemonia que hoje tem no Estado. Porque eu acho que essa é uma grande dificuldade dos movimentos sociais hoje, se colocar enquanto movimento contra hegemônico ao Estado, especialmente por isso que você estava dizendo, que nós temos um governo que tem um projeto democrático popular, que é o projeto também que nós acreditamos. Que é um projeto de Estado de bem-estar social, que a gente acha que vai constituir esse projeto democrático e popular e, na verdade, a gente teve muita dificuldade, nesse primeiro mandato, de estabelecer essa relação contra hegemônica do estado brasileiro. Eu acho que dá essa visibilidade, colocar nesse lugar pode contribuir, pode ajudar.

### **Terezinha**

– *O processo eleitoral no Brasil é um processo muito participativo, principalmente depois da democratização do Brasil, e é um momento onde as pessoas políticas se colocam com*

*mais força. Você não acha que o movimento feminista é o movimento mais tímido em relação a isso?*

**Ednalva**

– Acho. Tenho certeza.

**Terezinha**

*– Por que você acha que o movimento feminista se cala diante do processo eleitoral? Por exemplo, por que feministas não se candidatam a cargos de representação popular?*

**Ednalva**

– Esse era um questionamento que eu fazia há algum tempo. E aí, até, uma vez eu pensei assim: – Eu vou me candidatar. Mas eu quero uma candidatura que seja feminista, que eu possa dizer que eu sou candidata a deputada porque lá eu vou definir e vou contribuir, vou trabalhar, especificamente para a questão das políticas públicas para as mulheres.

**Terezinha**

*– A gente sabe que o Partido dos Trabalhadores permite a existência de corrente divergentes, desde que obedeça os princípios partidários, as pessoas têm mobilidade de se agregarem em grupos no PT e ser uma grande frente da esquerda. Você acha que falta, dentro do PT, um alinhamento das feministas? no sentido de criar um grupo. Existe hoje uma proposta de mulheres que querem entrar no Partido dos Trabalhadores, de formar uma tendência. Seria uma tendência feminista, não sei, mas uma tendência que tivesse como meta, como missão, trazer o feminismo pra dentro do Partido dos Trabalhadores. E fazer do Partido dos Trabalhadores um lugar também de atuação do movimento feminista. Como é que você vê isso?*

**Ednalva**

– Eu acho que vai ser fundamental. Eu acho que teve vários avanços no PT, as cotas, por exemplo, foi um grande avanço. O PT foi o primeiro partido que definiu cotas, mas isso não basta.

**Terezinha**

*– Eu acho que tem que ter paridade.*

**Ednalva**

– Mas eu acho que é muito mais grave a paridade no PT, nos partidos políticos e na CUT. Eu acho que é uma coisa que a gente, inclusive, definiu em nosso planejamento, que vamos começar uma discussão sobre a paridade. Porque a paridade fode, se você não tiver mulheres empoderadas, aí sim, se você não tiver as mulheres fortalecidas, a paridade e a transversalidade pode ser fatal.

A experiência da comunidade europeia definiu que tem paridade, tem paridade na comunidade europeia. Na comunidade europeia tem transversalidade, eles trabalham com o

princípio de transversalidade. Por exemplo, a CGIL (*Confederazione Generale Italiana del Lavoro*) da Itália tem paridade e o princípio da transversalidade na CGIL, mas, por exemplo, pras mulheres, sumiu.

### **Terezinha**

– *Agora, eu vou lhe fazer uma pergunta de advogada da diaba. Por que isso não vale pros homens? Por que a gente só se preocupa da discussão da ocupação de vaga de paridade se for pras mulheres? E os homens, eles estão preparados pra isso, pra ter maioria? Então, a gente reconhece isso?*

### **Ednalva**

– Não, não acho que reconhece isso não, mas, por exemplo, eu acho que a paridade, ela tem que refletir na organização e na compreensão da institucionalidade. Porque, por exemplo, a Central Sindical Mundial (CSI), o congresso da CSI foi algo muito interessante. Um dos critérios pra participar e que a gente conseguiu colocar no estatuto, que é uma ação afirmativa, que é uma paridade acompanhada de uma ação afirmativa, que é assim: as delegações para os congressos da CSI tem que ter a paridade entre homens e mulheres. Isso é o princípio da paridade. Só que, pra garantir isso, você vai ter que ter uma ação afirmativa. Então, ela não é a paridade. Qual foi a ação afirmativa? As delegações que não cumprirem a paridade, as centrais sindicais que não cumprirem a paridade terão suas representações reduzidas. Então, para garantir a paridade, você vai ter que ter uma ação afirmativa. Por que isso acontece? Porque a própria instituição, o conjunto das instituições não está convencido que tem que dividir o poder. No congresso, teve 40 delegações que tinha maioria de homens, então, a força sindical tinha 10 delegadas igual à CUT, delegados e delegadas, eram cinco homens e cinco mulheres. A força sindical levou seis homens e quatro mulheres. A delegação da força sindical reduziu pra oito, por que dois homens perderam.

Mas a CUT levou por uma compreensão de paridade? Não. A CUT levou porque se ela não levasse a sua delegação seria reduzida. Então, ela precisou de uma ação afirmativa pra garantir a paridade. Foi forçada. Então, a ação afirmativa existe exatamente pra isso, pra ter uma medida compensatória. Não foi pela paridade, foi pela ação afirmativa. As delegações que garantiram a paridade, não foi pela paridade, foi pela ação afirmativa. Porque foi pela sanção que as cento e poucas centrais mundiais sindicais levaram a paridade entre homens e mulheres. E nove centrais sindicais levaram mais mulheres do que homens, e também perderam, reduziram a sua delegação. Porque a paridade não era pras mulheres, a paridade era pra todos, e a paridade é assim, é 50%. Por isso que eu acho super importante a paridade. Agora, na hora que eu digo, eu tenho uma paridade e eu mantenho uma secretaria de mulheres, eu mexo na paridade, porque um cargo já está garantido para as mulheres. Eu acho que a paridade é fundamental, mas, agora, se nós não tivermos preparados, homens e mulheres, institucionalmente, a paridade só vai conseguir ser efetiva se ela tiver acompanhada de uma sanção, ainda. Essa eu acho que é uma questão. Agora, o que seria importante, e que também acontece na CUT, e que quando você trata da divisão do poder, quando você trata de dividir os espaços do poder nesses lugares tem outras questões que fazem parte disso, que são as tendências. Então, por exemplo, a CUT, nesse congresso, cumpriu cotas nos cargos efetivos, nas secretarias, mas não cumpriu nas suplências. Não

cumpriu na suplência, por que? Não cumpriu na suplência, porque o PC do B tinha que indicar pelo menos uma mulher na composição das secretarias e indicou só homem. E acho que é muito importante isso, porque a gente tem uma vice-presidente mulher. Então, qual foi a divisão do poder aí? Teve questões ligadas, que é as tendências, que eu acho que, no PT, é complicado. Tem varias feministas que são partidárias, que são do PT, que estão no PT, mas tem algo maior pra elas que não é o feminismo, que é a tendência. Esse eu acho que é um grande complicador.

### **Terezinha**

*– Eu fiz essa pergunta pra Fátima Oliveira, numa reunião que houve em Salvador, da Rede Saúde, e que ela clamava pela autonomia. Eu estava, na época, representando o Neim, nessa reunião, e tinha outros núcleos de Universidade: a discussão era que os núcleos não podiam participar das estruturas da Rede porque não tinham autonomia em relação às universidades. E uma das coisas que ela disse: Como é que a gente ia ter autonomia, por exemplo, pra defender a legalização do aborto? Eu virei pra ela e disse assim: – Não tô entendendo, porque você é do PC do B. Você é secretária executiva da Rede. Eu acho que você não poderia, porque eu acho que uma pessoa que está identificada com partido político, não poderia ser, não tem autonomia nenhuma. Você toma alguma atitude em relação à Rede que não passe pela decisão do PC do B? Você iria de encontro ao seu partido pra defender a Rede? Essa é a pergunta que eu faço? Então, de que autonomia estamos falando? As pessoas falam de autonomia como se fosse uma entidade. Autonomia é uma prática. Uma prática política sua. Ninguém é autônomo, absolutamente. Então, a sua autonomia tem limites. Aí eu disse assim: – E desde quando o Neim, por exemplo, deixou de assinar alguma coisa a favor da legalização do aborto? Nós não perguntamos ao reitor se ele é a favor ou contra. Porque o Neim tem autonomia pra decidir as questões políticas. O Neim só não pode decidir se o colegiado do Neim votar contra. Se o colegiado votar a favor, o reitor não interfere. Isso é que chama autonomia. Agora, eu não entendo autonomia de Ongs, por exemplo, que são sustentadas por fundações estrangeiras das quais elas compartilham qualquer convênio, qualquer coisa dizem o que é que a ONG pode e não pode fazer com aquele dinheiro. Eu não acho que isso seja autonomia. Então, vamos falar de autonomia, do que significa autonomia como prática política, como prática de afirmação de independência, de liberdade. Então, eu pergunto a você o seguinte: existem essas feministas autônomas?*

### **Ednalva**

– Eu não sei. Eu acho que depende de que lugar você está falando. Eu posso ser autônoma em relação a partido político.

### **Terezinha**

*– Quando as pessoas não [se] colocam relativas a alguma coisa, elas colocam como status: “eu sou uma feminista autônoma”; é um status.*

## **Ednalva**

– Talvez exista algumas feministas que são autônomas, porque elas não representam ninguém, aí eu posso até ser autônoma, eu não tô ligada à universidade, eu não tô ligada a ONG, eu não tô ligada a partido político, eu não tô ligada a central sindical. Talvez seja compreensivo dizer que exista feminista autônoma, quando ela tem uma reflexão, se coloca enquanto feminista, mas não na discussão coletiva. Eu acho que na hora que ela se define enquanto feminista, atua enquanto feminista, que ela faz parte de um coletivo, aí eu acho que a autonomia dela passa a ser questionada. Mas talvez seja autônoma aquela pessoa que tem uma compreensão e que não está em lugar nenhum. Talvez uma pensadora. Mesmo assim, eu acho que talvez ela não seja tão autônoma; uma ativista individual. Talvez isso possa dizer que é feminista autônoma. Mas, por exemplo, eu sou do Cunhã, uma ONG autônoma. Agora, eu não posso falar de uma coisa em nome do Cunhã, de uma coisa que só eu acredito lá no Cunhã. Eu posso até dizer: – É a minha posição pessoal. Ednalva pensa isso; porque aí eu perco minha autonomia. Na hora, que eu não posso falar disso. Porque pode ter as divergências, as divergências podem se tornar uma convergência, e aí sim, aí eu tenho autoridade pra falar disso, mas quem me deu essa autoridade não foi a minha autonomia. Quem me deu essa autoridade foi o conjunto que consensuou aquilo.

## **Terezinha**

*– Agora as mulheres podem ter autonomia. Será que as mulheres feministas tem autonomia? Tem algumas coisas que eu acho que são inegociáveis pra uma pessoa ser sujeito político, e é isso que o feminismo propõe, é transformar as mulheres de objetos em sujeitos políticos. Então, por exemplo, tem a autonomia do corpo, que eu acho que é a partir do corpo que todas as outras aparecem. Você não vai ser uma grande deputada se você apanha do seu marido. Você pode ter um discurso belíssimo na Câmara dos Deputados e de noite você leva uma porrada do seu marido em casa, ninguém sabe, mas você sabe que você apanha. Então eu acho que a autonomia passa, primeiro, pelo corpo, eu não faço uma hierarquia de autonomia, mas eu acho que o corpo é fundamental pra você definir o seu lugar no mundo. Você tem que ter essa compreensão de que esse corpo lhe pertence. Que é uma frase nossa e que continua em vigor. E continuamos sem ser donas do nosso corpo.*

## **Ednalva**

– Eu acho que poder pode; agora, pra você ter autonomia, você tinha que poder fazer isso e tinha que ter a coragem de fazer isso. Mas você não tem. Como uma pessoa que se suicida: eu acho que é muita autonomia você tirar sua própria vida, você decidir: – Não quero mais viver nesse mundo, não quero mais participar disso. Pode ter n motivos, você pode fazer isso porque você tem uma grande depressão, mas é autonomia. O feminismo, eu não acho que tem autonomia, até pode, mas não consegue. A gente não respeita. Tô falando das regras, não das exceções, pode ter excessos e tal, mas a gente não respeita, porque tem um modelo que a gente definiu que é o modelo que tem que ser seguido. E é a partir desse modelo que a gente questiona o outro, que a gente aceita ou não aceita, que a gente faz de conta que aceita, mas, no fundo no fundo, a gente não aceita o outro do jeito que ele é e do jeito que ele quer fazer. Porque a verdade é a nossa verdade.

## **Terezinha**

– *Você acha que o feminismo tem dogma, então? No sentido de achar que algumas verdades não podem ser contestadas.*

## **Ednalva**

– Eu acho que o feminismo é muito mais aberto do que outros movimentos, de que outras instituições. O feminismo não é uma instituição, mas é um movimento e está no campo das ideias. Ele é mais aberto pra aceitar outras ideias, mas ele é questionador de outras ideias. Que eu não acho que é ruim. Não, eu não acho que é dogmático, é muito forte pra dizer que é dogmático. Mas, assim, eu acho que o ser humano, ele tem muita dificuldade de aceitar o pensamento e a ideia diferente do outro. Porque é a sua verdade. Mesmo que você respeite a verdade do outro, mas você também quer colocar a sua verdade. Porque você acredita que é essa verdade, você acredita também que é por esse o caminho. Você sabe que aquele outro caminho também pode chegar lá aonde você vai chegar, mas é mais importante que você tenha mais gente no seu caminho. Aí você vai pelo convencimento.

## **Terezinha**

– *Em torno de ideias ou em torno de pessoas? Porque no feminismo tem uma coisa muito engraçada, que as pessoas, você identifica as correntes não pela ideia, não pelo corpo de ideias que aquele agrupamento defende, e sim em torno de pessoas ou de organizações.*

## **Ednalva**

– Eu acho que você consegue identificar mais pelas pessoas e pelas entidades do que pelas ideias. Porque eu acho que uma das dificuldades do feminismo é colocar o conflito das ideias. Essa eu acho que é uma grande dificuldade. O feminismo, eu acho que, de certa forma, às vezes você tem medo, quando você chega, acaba tendo medo de se expor naquele lugar. Principalmente por conta das feministas históricas, porque elas são o modelo. Porque é a mesma coisa que acontece no movimento sindical.

Eu gostei muito da fala de Betania ontem, especialmente quando ela falou das diferenças e das desigualdades dentro do movimento. Porque sempre é como se fossem todas iguais. Se nós fossemos todas iguais, e fosse um grupo privilegiado que a gente já sabia que a gente refletia, que a gente estudava, em detrimento daquelas outras que não estudavam, que não sabiam. Então, eu acho que é preciso refletir sobre isso, por um lado, do outro lado é a questão do conceito das ideias que não é colocado.

## **Terezinha**

– *Outra coisa que eu queria saber é o seguinte: por exemplo, existem teóricas feministas e feministas teóricas. As teóricas feministas são aquelas mulheres que se dedicam a estudar o feminismo, estão majoritariamente na Academia, elas quase não participam mais do movimento feminista, se colocaram em um lugar de estudiosas da questão, que é importantíssimo, não tiro o mérito, até porque a reflexão teórica é importante. E ela bebe e vive muito desse, dessa práxis feminista que o movimento faz. E existem as feministas teóricas, que estão na militância e que também alinham a militância ao ativismo político uma reflexão teórica acerca do que está vivenciando. A diferença é que uma vive e reflete,*

*e a outra observa aquele movimento e parte das análises daquele movimento, daquela práxis, pra escrever sobre isso. E isso, de certa forma, tem confundido muito as pessoas quando elas falam assim: as acadêmicas. Como se as acadêmicas fossem um grupo de pessoas que estivessem na Academia e não houvesse essa diferença entre as teóricas mesmo, que se dedicam só a isso, elas não militam, mas contribuem bastante, e aquelas que estão na Academia, mas continuam sendo ativistas.*

### **Ednalva**

– Eu acho que tem as duas coisas. Tem, como você estava dizendo, as feministas teóricas e as teóricas feministas. Eu penso que esse casamento dessas mulheres que estão nesses lugares é fundamental. E, pra mim, ultimamente, e aí também talvez eu esteja puxando a sardinha pro meu saco e de mais algumas pessoas que estão nesses lugares, que é o Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Trabalho Improdutivo e Reprodutivo<sup>6</sup>. Eu acho que esse núcleo é um espaço extremamente inovador, super importante.

### **Terezinha**

– *Quem faz parte desse núcleo?*

### **Ednalva**

– O movimento sindical, as feministas acadêmicas e as feministas das Ongs. Ele nasce de uma proposta da CUT e do SOS Corpo e a gente amplia. A partir do nosso primeiro seminário, a gente amplia, a gente já começa a ampliar a participação dessas outras mulheres feministas que estão em diferentes lugares. Ele é aberto, ele não é fechado, mas tem umas pessoas que estão permanentemente.

A gente não tem uma forma institucionalizada de organização. Tem algumas pessoas que se envolvem mais pela sua própria disponibilidade. Tudo bem, podemos até dizer que a CUT e o SOS é o núcleo duro. O SOS, a CUT e o Neim, vamos dizer que esse poderia ser mais o núcleo duro, porque são mulheres que estão mais envolvidas, que a gente discute mais e tal. Mas é em cima das ações pensadas. Por exemplo, nós vamos fazer a publicação do livro do terceiro encontro, então, a CUT e o Neim, Albertina Costa e Vera Soares é que são essas pessoas que estão organizando o núcleo. Então, acaba sendo um pouco meio solto, porque não é uma organização, é uma articulação dessas feministas que estão refletindo sobre isso. E ele é aberto. Hoje tem Ângela Araújo, que é da Unicamp, tem Magda Neves, que é da PUC de Minas Gerais, tem Paola Cappellin, que é da UFRJ, tem Eleonora Menecucci, que é da Unifesp, tem Ana Alice, da UFBA. Aí tem o SOS, tem o Cfemea, tem a Agende, tem a CUT, tem a Contag. Então, tem essas entidades que, assim, o momento maior de encontro são os seminários que também têm outro tipo de coisa. A CUT e o SOS fizeram uma

---

<sup>6</sup> O Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Trabalho Improdutivo e Reprodutivo é uma articulação de sindicalistas, feministas acadêmicas e militantes, inseridas em diversos espaços institucionais, como organizações sindicais, organizações feministas, universidades e fundações de pesquisa. Todas elas combinam em suas trajetórias o trabalho profissional e a militância feminista e/ou sindical. Esta articulação teve origem no Seminário Nacional “Reestruturação Produtiva, Reprodução e Gênero: um debate crítico a partir do feminismo” realizado em 2001, promovido pela CUT e o SOS Corpo de Recife. (Nota das editoras).

organização, organizaram um curso de capacitação. Então, também tem atuações de entidades que fazem parte desse núcleo pra tais atividades. Eu acho que esse núcleo é bastante interessante, porque você trabalha, reflete a partir da experiência e da vivência cotidiana das mulheres, e aí, você articula essa experiência com o saber acadêmico e articula também essa experiência com as outras reflexões que estão se fazendo em outros lugares. Tem Helena Hirata, que está lá na França. E, na última atividade que a gente fez a gente, chamou a AMB pra ir, a gente chamou a Marcha Mundial, então, a gente também tem a perspectiva de ter uma aproximação com essas entidades.

Tem uma outra perspectiva que é discutir internacionalmente, o intercâmbio que a gente fez Brasil-Canadá. A gente está começando a fazer uma aproximação com o Mercosul, com as mulheres do Mercosul.

Os livros que a gente produziu eu acho que é super legal, porque a gente consegue trazer a reflexão escrita das mulheres, fazendo uma reflexão a partir da sua vivência, e aí eu escrevo o que eu reflito a partir da minha vivência, que é uma forma de você fazer uma reflexão, e a reflexão acadêmica, porque eu acho que o livro é super inovador nessa perspectiva. E a gente tem incorporado temas que eles são fundamentais. E eu acho que o núcleo, ele também traz uma contribuição pro feminismo de uma forma mais generalizada, que é a retomada da discussão da divisão sexual do trabalho como pano de fundo pra discutir a produção e a reprodução.



## Terezinha

– Na sua história de vida dentro do feminismo, quais foram os marcos pra você? Não é o marco para o feminismo, da sua perspectiva como mulher. Você olha hoje pro movimento feminista como participante dele, como usuária dele, e como beneficiária dele. Porque nós somos também beneficiárias dele, já que o que nos move é nossa própria existência como sujeito. Pra você, quais foram os marcos até hoje?

## Ednalva

– O marco do feminismo na minha vida foi essa relação mais sistemática, mais respeitosa do feminismo com o sindicalismo; eu acho que, pra mim, esse é o grande marco. Essa aproximação, essa compreensão de que é possível construir caminhos com tanta diversidade. Eu me lembrava que uma época, na CUT, a gente tinha uma igualdade na diversidade. Inclusive, pra falar das diferenças entre homens e mulheres, entre as mulheres e as mulheres, mas eu acho que esse casamento, hoje, a gente pode falar isso; antes a gente falava de namoro, mas acho que a gente pode dizer, esse casamento entre feminismo e sindicalismo, pra mim, é a grande conquista que contribui com a minha vida pessoal e que contribui com a minha vida política, com a minha militância nos espaços mais autônomos, vamos dizer assim. Nos espaços da organização das mulheres, fora da CUT e também dentro da CUT. Eu acho que, pra mim, esse foi a maior conquista, o maior marco. Eu acho que esse é o maior marco na minha história de feminista e sindicalista.

E acho que o feminismo me ajudou bastante a essa construção. O feminismo me possibilitou isso. Eu acho que se eu não fosse feminista, por mais que eu falasse, gênero e classe um elo, não sei o que lá, que a gente usou num encontro feminista de 89. Gênero e classe, questões que se entrelaçam, sei lá o que, se eu não fosse feminista, eu acho que isso não teria sido possível. Eu acho que esse é o grande marco na minha história de militância e de atuação política.